

| Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais) |          |         |      |
|--|----------|---------|------|
|  | Nota     | 2020    | 2019 |
| Ativo  |          |         |      |
| Circulante   | 89.891   | 40.127  |      |
| Disponibilidades   | 79       | 101     |      |
| Títulos e valores mobiliários  | 3 38.478 | 8.755   |      |
| Relações interfinanceiras ativas   | 2.105    |         |      |
| Operações de crédito   | 4 49.193 | 31.266  |      |
| Setor privado  | 50.781   | 32.468  |      |
| Prov. para perdas esperadas associadas ao risco de crédito                 | (1.588)  | (1.202) |      |
| Outros ativos  | 5 36     | 5       |      |
| Realizável a longo prazo   | 1.769    | 2.291   |      |
| Operações de crédito   | 4 81     | 650     |      |
| Setor privado  | 83       | 1.455   |      |
| Prov. para perdas esperadas associadas ao risco de crédito                 | (1.023)  | (805)   |      |
| Outros ativos  | 5 1.033  | 996     |      |
| Ativos fiscais correntes e difer.  | 665      | 805     |      |
| Outros créditos  | 368      | 191     |      |
| Outros valores e bens  | 6 386    | 480     |      |
| Imobilizado de uso   | 269      | 165     |      |
| Total do ativo   | 91.660   | 42.418  |      |

| Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais) |                   |                              |         |
|--|-------------------|------------------------------|---------|
|  | Capital social    | Reserva de lucros            |         |
|  | social de capital | Legal Estatutária acumulados | Total   |
| Saldos em 31 de dezembro 2018  | 8.000             | 463                          | 5.507   |
| Lucro líquido do exercício   | -                 | -                            | 1.363   |
| Destinações:   |                   |                              |         |
| Reserva legal  | -                 | 68                           | (68)    |
| Outras reservas de lucro   | -                 | -                            | (455)   |
| Distribuição de juros sobre capital próprio                            | -                 | 455                          | (840)   |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019                                       | 8.000             | 531                          | 5.962   |
| Aumento de capital - AGE 14/12/2020 aprovada em 20/01/2021             | 5.000             | -                            | (2.894) |
| Lucro líquido do exercício   | -                 | -                            | 2.106   |
| Destinações:   |                   |                              |         |
| Reserva legal  | -                 | 201                          | (201)   |
| Reserva de lucro   | -                 | 2.867                        | (2.867) |
| Distribuição de juros sobre capital próprio                            | -                 | -                            | (690)   |
| Distribuição de dividendos   | -                 | -                            | (266)   |
| Saldos em 31 de dezembro 2020  | 8.000             | 5.000                        | 732     |
| Mutações do exercício  | 8.000             | 5.000                        | 201     |
| Saldos em 30 de junho de 2020  | 8.000             | 605                          | 5.962   |
| Aumento de capital - AGE 14/12/2020 aprovada em 20/01/2021             | 5.000             | -                            | (2.894) |
| Lucro líquido do semestre  | -                 | -                            | 2.553   |
| Destinações:   |                   |                              |         |
| Reserva legal  | -                 | 127                          | (127)   |
| Outras reservas de lucro   | -                 | -                            | 2.867   |
| Distribuição de juros sobre capital próprio                            | -                 | -                            | (690)   |
| Distribuição de dividendos   | -                 | -                            | (266)   |
| Saldos em 31 de dezembro 2020  | 8.000             | 5.000                        | 732     |
| Mutações do semestre   | 8.000             | 5.000                        | 127     |
| Saldos em 31 de dezembro 2019  | 8.000             | 531                          | 5.962   |

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional:** A Creditá S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Creditá" ou "Financeira"), com sede em Porto Alegre (RS) na Avenida Cristóvão Colombo número 2360, conjunto 501, foi constituída em 21 de julho de 2010 e está autorizada a funcionar por meio de despacho datado de 17 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União em 19 de agosto de 2010, tendo iniciado suas operações no mês de outubro de 2010. A Financeira atua no ramo de prestação de serviços de crédito e financiamento mediante a aplicação de recursos próprios, intermediação e aplicação de recursos de terceiros. O foco operacional da Financeira é o mercado do agronegócio, direcionado ao atendimento do conglomerado econômico formado pelas empresas e clientes do Grupo Empresarial Ferrarini. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Coronavírus (COVID-19) originário de Wuhan na China, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia global. A Financeira, nesse cenário tomou as medidas necessárias para proteção dos seus funcionários e auxílio no combate à Covid-19, entre as medidas adotadas estão: a medição de temperatura de funcionários, disponibilização de máscaras, intensificação na higienização dos ambientes coletivos, além da adoção de trabalhos à distância. A administração avaliou também os principais riscos e impactos contábeis, além das incertezas que poderiam afetar as referidas contabilizações e divulgações expressas nas suas demonstrações financeiras. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Financeira não identificou riscos à continuidade de seus negócios, às estimativas e julgamentos contábeis. A administração entende que as demonstrações financeiras da Financeira não apresentam impactos relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Sua administração continua com o monitoramento constante e tomando as ações cabíveis em relação ao COVID-19.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis:**

**2.1. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As presentes demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 refletem as alterações previstas na Resolução BCB 2/2020 emitida pelo Banco Central do Brasil e Resolução 4.818/2020 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Financeira em 05 de março de 2020.

**2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas:** a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. b) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são classificados como títulos para negociação, sendo adquiridos com a intenção de serem ativamente e frequentemente negociados. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, em atendimento a Circular Bacen nº 3.068/2001. c) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. d) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: Estão demonstrados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos/ encargos decorridos. e) Outros valores e bens: Representado por imóveis incorporados ao ativo da Financeira através de dação em pagamento efetuada por devedores em função da liquidação de seus financiamentos. Seu valor de reconhecimento está limitado entre o menor valor entre laudo de avaliação e o valor contábil do crédito vencido, até 60 dias, no caso de recuperação de créditos lançados a prejuízo. f) Imobilizado de uso: Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Financeira ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transferiam à Financeira os benefícios, riscos e controles desses bens. São de

| Demonstração do resultado (Em mil.R\$)  |      |               |                 |
|---|------|---------------|-----------------|
|   | Nota | 2º Sem. 2020  | 2019            |
| Rec. da intern. financ. Operações de crédito  | 11.a | 8.413         | 13.575          |
| Res. de oper. com tit. e val. mobiliários   |      | 276           | 500             |
| Desp. da intern. financ. Oper. de capt. no merc. Prov. p/ perdas esper. ass. ao risco de créed. | 11.b | (1.408) (970) | (1.984) (2.024) |
| Res. bruto da intern. financeira  |      | 7.005         | 11.591          |
| Outras rec. (desp.) oper. Rendas de prest. de serv.   | 12   | (3.354) 134   | (5.541) 223     |
| Despesas de pessoal   | 13   | (1.819)       | (3.057)         |
| Outras desp. admin. Despesas tributárias  | 14   | (1.310) (359) | (2.107) (592)   |
| Outros desp. operac. Resultado operacional  |      | -             | (6) (100)       |
| Outras rec. e despesas  |      | 3.651         | 6.050           |
| Resultado antes da tribut. sobre o lucro  |      | 132           | 192             |
| IR e contribuição social  |      | 3.783         | 6.242           |
| IR e CS correntes   | 16   | (1.230)       | (2.218)         |
| IR e CS diferidos   |      | 175           | (140)           |
| Lucro líquido do semestre/exercício   |      | 2.553         | 4.024           |

| Demonstração do resultado abrangente (Em mil.R\$) |              |       |       |
|---|--------------|-------|-------|
|   | 2º Sem. 2020 | 2019  |       |
| Lucro líquido do sem./exercício                   | 2.553        | 4.024 | 1.363 |
| Outros resultados abrangentes                     | -            | -     | -     |
| Res. abrang. do sem./exercício                    | 2.553        | 4.024 | 1.363 |

| Demonstração do fluxo de caixa - método indireto (Em milhares de reais)  |              |          |          |
|--|--------------|----------|----------|
|  | 2º Sem. 2020 | 2019     |          |
| Fluxo das ativ. operac. Lucro antes do IR e CS   | 3.783        | 6.242    | 1.755    |
| Aj. p/ conciliar o resultado às disponibil. geradas pelas ativ. operac. Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de créed. | 390          | (417)    | 1.502    |
| Depreciação  | 26           | 49       | 40       |
| Var. de ativos e passivos  | 5.271        | (29.723) | (3.759)  |
| Operações de crédito   | (26.162)     | (16.941) | (16.416) |
| Relações interfinanceiras  | (2.105)      | (2.105)  | -        |
| Outros valores e bens  | (103)        | (208)    | 128      |
| Dep. a prazo e recursos de aceites cambiais  | 94           | 94       | -        |
| Outras obrigações  | 17.561       | 42.425   | 18.451   |
| Caixa líq. gerado pelas (aplic. nas) operações   | 281          | 1.059    | 1.958    |
| IR e CS pagos  | (1.405)      | (2.078)  | (966)    |
| Caixa líq. ger. pelas (aplic. nas) ativ. operac. Fluxo de caixa das ativ. de investimentos                               | (1.124)      | (1.019)  | 992      |
| Aquisição de imobilizado   | (89)         | (153)    | (119)    |
| Caixa líquido aplicado nas ativ. de investimentos  | (89)         | (153)    | (119)    |
| Fluxo de caixa das ativ. de financiamento  | 2.106        | 2.106    | -        |
| Aum. de capital por subs. Dividendos a distribuir  | (266)        | (266)    | -        |
| Juros s/ capital próprio   | (690)        | (690)    | (840)    |
| Caixa líq. aplicado nas ativ. de financiamento   | 1.150        | 1.150    | (840)    |
| Aum. (Redução) de caixa e equiv. de caixa  | (63)         | (22)     | 33       |
| Caixa e equiv. de caixa no início do sem./exercício  | 142          | 101      | 68       |
| Caixa e equiv. de caixa no final do sem./exercício   | 79           | 79       | 101      |
| Aumento (Redução) de caixa e equiv. de caixa   | (63)         | (22)     | 33       |
| Itens que n/ afetam o caixa  |              |          |          |
| Aumento de capital com reservas estatutárias   | 2.894        | 2.894    | -        |

participações no resultado. (ii) Valores referente a provisão de pagamentos, valores de cobrança caucionada e juros sobre capital próprio a pagar. **9. Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2020, a Financeira possui seis demandas classificadas como perda provável, referente a revisão das taxas aplicadas em contratos de operações de crédito. Todos estes contratos já foram baixados para o resultado, motivo pelo qual as perdas nos processos judiciais não acarretarão provisionamentos adicionais dos saldos de operações de crédito. Também possui duas ações trabalhistas com o valor de R\$ 200 como perda possível (R\$ 100 como perda possível e, dezembro de 2019). **10. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado está representado por 13.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de acionistas domiciliados no país. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2020, foi colocado em votação e aprovado pela totalidade dos acionistas da Companhia, o aumento do capital social no montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) mediante subscrição particular de 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias sem valor nominal, para integralização nesta data, sendo: (i) R\$ 2.894.529,28 (dois milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos) mediante subscrição particular de 2.894.529,28 (dois milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos) mediante subscrição particular de 2.105.470,72 (dois milhões, cento e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e dois centavos) mediante subscrição particular de 2.105.470,72 (dois milhões, cento e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e duas ações ordinárias sem valor integralizadas em moeda corrente nacional nominalmente disponíveis em Letras de Câmbio em nome dos acionistas. O processo de aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 20 de janeiro de 2021. b) Reservas: Legal: é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Estatutária: constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado após o encerramento do exercício, para: (i) incorporação ao capital social; (ii) retenção; (iii) distribuição de dividendos aos acionistas; (iv) compensação de eventuais prejuízos. A presente reserva terá como limite 80% do valor do capital social. c) Dividendos: Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A Financeira em 31 de dezembro de 2020 optou pela distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio para cumprir a obrigação estatutária do dividendo mínimo obrigatório. **11. Receitas e despesas da intermediação financeira:** Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas da intermediação financeira: a) Receitas da intermediação financeira

|                                       | 2º Sem. 2020 | 2019   |       |
|---------------------------------------|--------------|--------|-------|
| Emprestimos                           | 6.848        | 11.253 | 6.748 |
| Títulos descontados                   | -            | 21     | 13    |
| Financiamentos                        | 419          | 861    | 746   |
| Rec. de créed. em prejuízo (Nota 4.e) | 609          | 610    | 335   |
| Títulos e valores mobiliários         | 276          | 500    | 728   |
| Lucros em operações - CPR             | 261          | 330    | -     |
| Total                                 | 8.413        | 13.575 | 8.570 |

|   | 2º Sem. 2020 | 2019    |         |
|---|--------------|---------|---------|
| Desp. de ac. camb./RDB/DPE                            | (970)        | (2.024) | (1.481) |
| Provisão para créditos de liquid. duvidosa (Nota 4.e) | (438)        | 40      | (1.502) |
| Total   | (1.408)      | (1.984) | (2.983) |

|                        | 2º Sem. 2020 | 2019    |         |
|------------------------|--------------|---------|---------|
| Proventos              | (1.201)      | (1.927) | (1.153) |
| Encargos sociais       | (299)        | (541)   | (421)   |
| Benefícios             | (141)        | (264)   | (204)   |
| Despesas de honorários | (168)        | (312)   | (312)   |
| Outros                 | (10)         | (13)    | (17)    |
| Total                  | (1.819)      | (3.057) | (2.107) |

ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos

de Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente

ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos

de Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente

de Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente

de Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente

de Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente

de Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente

de Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente

de Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente

de Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente

de Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente

de Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar